

## **Educomunicação Socioambiental: comunicação e educação a serviço do desenvolvimento sustentável<sup>1</sup>**

Rosildo Raimundo de BRITO<sup>2</sup>

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Paraíba-PB.

### **Resumo**

Construído a partir do embate em torno das problemáticas ambientais e focado na proposta de consolidação do desenvolvimento sustentável, o campo da Educação Ambiental vem se reforçando cada vez mais através da contribuição advinda de múltiplas áreas do conhecimento de caráter socioeducativo. Dentre estas, vem se destacando o trabalho desenvolvido pela Educomunicação Socioambiental, um novo campo focado na interface comunicação e educação voltado à proposta da construção de uma sociedade sustentável. É em torno desse fenômeno e, de maneira mais específica, sobre a contribuição desse novo campo para a Educação Ambiental de que trata este trabalho fruto de uma revisão bibliográfica, por meio do qual se espera alargar ainda mais a compreensão em torno dos avanços da Educação Ambiental no Brasil.

**Palavras-chave:** problemas ambientais; educação ambiental; educomunicação socioambiental

### **Introdução**

Considerado um dos desafios mais eminentes da contemporaneidade, a problemática ambiental vem atraindo uma atenção especial dos mais diversos campos científicos, reforçando a proposta de uma abordagem cada vez mais interdisciplinar e que privilegia os saberes distintos que vem sendo construídos em torno da complexa inter-relação que envolve a sociedade e a natureza. Trata-se aqui de uma abordagem centrada, em geral, nos diversos e complexos aspectos que permeiam a dicotomia: desenvolvimento e sustentabilidade, cuja finalidade principal é a de buscar, por meio da convergência de saberes e experiências práticas diversas, mecanismos múltiplos de contribuição eficaz aos múltiplos problemas que agredem o meio ambiente e comprometem a vida do homem, especialmente, a das futuras gerações. Nesse sentido, ganham destaque as diversas contribuições advindas do campo da Educação Ambiental, que tem se revelado um importante instrumento na busca estratégica para, de um lado, se minimizar os efeitos negativos em torno das questões ambientais e de, outro, contribuir para o processo de

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 7 a 9 de julho de 2016.

<sup>2</sup> Professor mestre em Ciências da Sociedade, do Curso de Comunicação Social com ênfase em Educomunicação da UFCG, email: [brito.rosildo@gmail.com](mailto:brito.rosildo@gmail.com)

consolidação de uma sociedade sustentável. Para tanto, a Educação Ambiental vem dialogando com outros campos de intervenção socioeducativa no sentido de, por meio do paradigma interdisciplinar, somar esforços na luta a favor destes dois propósitos aqui destacados. É em meio a esta política estratégica de intervenção e transformação social que a Educomunicação, enquanto novo campo de conhecimento científico-acadêmico e proposta pragmática focada na interface comunicação e educação, vem se engajando, revelando-se um eficiente e promissor instrumento voltado aos anseios da educação ambiental. É em torno desse fenômeno e, de maneira mais específica, sobre a contribuição da Educomunicação Socioambiental para esse tipo de problemática aqui destacada, de que trata este trabalho por meio do qual se espera alargar ainda mais a compreensão em torno dos avanços da proposta de desenvolvimento sustentável em andamento no Brasil.

### **Educação para o meio ambiente**

Considerada um fenômeno não apenas de caráter ecológico, mas também social, econômico, político e cultural e que abrange todo o mundo, a problemática ambiental vem sendo enfrentada a partir de ações pluridimensionais que visam, se não solucionar, ao menos, amenizar os efeitos nocivos causados pelo homem ao meio ambiente. Uma proposta de mudança paradigmática que objetiva alterar a relação sociedade/meio ambiente, homem/natureza, visando uma nova organização ecossistêmica apoiada, sobretudo, em novas possibilidades de relações, posturas e ações calcadas num pensamento complexo e mais abrangente. É nesse contexto que a relação entre educação e meio ambiente vem se desenvolvendo ao longo das últimas décadas, dentro de uma perspectiva crítica e emancipatória e apoiada numa política de gestão participativa e dialógica que busca envolver toda a sociedade em torno da crise ecológica em andamento. Nesse sentido, vale destacar que a abordagem da educação para o meio ambiente surge em 1972, com a iniciativa da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano Estocolmo, Suécia, a partir da Recomendação 96, da Declaração de Estocolmo, a qual indicava a necessidade de realizar uma educação ambiental, como instrumento estratégico na busca da melhoria da qualidade de vida e na construção do desenvolvimento (REIGOTA, 1995; GRÜN, 1996). Foi a partir de então que o tema entrou na agenda dos governos, provocando a inserção do meio ambiente dentro do conjunto de políticas públicas e de caráter emergencial como estratégia para se conduzir a sustentabilidade ambiental e social do planeta. Como resposta a esta iniciativa, nasce no Brasil, a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), ligada à

Presidência da República, primeiro órgão federal a tratar do problema social do meio ambiente. Dentro deste breve recorte histórico, não se pode deixar de registrar aqui a Rio 92 que se destacou como o mais importante encontro sobre o meio ambiente, após 20 anos da Conferência de Estocolmo e que reuniu representantes de 170 nações. De lá para cá, diversos outros órgãos, eventos e ações liderados pela ONU e outras entidades internacionais e nacionais foram promovidos tendo acelerado a discussão em torno da temática envolvendo a educação ambiental enquanto alavanca indispensável para a consolidação da política de desenvolvimento sustentável.

Em termo de definição, conforme descreve Dias (2004, p. 22), Educação Ambiental pode ser compreendida enquanto “[...] um conjunto de conteúdos e práticas ambientais, orientadas para a resolução dos problemas concretos do ambiente, de forma interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo da comunidade”. Focadas no desafio da complexa articulação e diálogo entre ciência, tecnologia, natureza e sociedade, e dos problemas decorrentes da dissociação entre estes, as práticas educativas ambientalmente sustentáveis vêm desempenhando um papel fundamental no avanço das discussões e aprendizagens em torno da proposta de sustentabilidade, destacando no seu arcabouço teórico-conceitual, as noções de criticidade e de emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e atitudes e da participação coletiva. Apesar de institucionalizada enquanto lei federal ( Política Nacional de Educação Ambiental -Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999) e aplicada na instância curricular, a educação ambiental passou a ser desenvolvida para além do campo da educação formal, agregando-se à diversas outras práticas de cunho político-ideológico e pedagógica, constituindo-se um importante instrumento de fomentação à participação coletiva em prol da sustentabilidade. Algo natural, se considerado o fato de que, como se percebe, a luta pela sustentabilidade ambiental é um desafio que ultrapassa a educação escolar, formal e os métodos pedagógicos tradicionais, visando práticas inovadoras e colaborativas. Implantada e implementada por diversos organismos e leis nacionais e internacionais, a exemplo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (1973) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999), a Educação Ambiental transformou-se num valioso e eficiente instrumento em prol dos ideais do denominado desenvolvimento

sustentável<sup>3</sup>. Eis um termo cuja noção vem sendo amplamente discutida em várias áreas do conhecimento e que consideramos pertinente aqui, apresentar um breve recorte histórico sobre a origem do mesmo, tendo em vista a sua relevância para a discussão levantada neste trabalho.

### **Desenvolvimento sustentável: conceitos e perspectivas**

O enfrentamento da problemática do meio ambiente seja no ambiente rural ou urbano, tem como proposta principal a sustentabilidade, cuja compreensão perpassa necessariamente uma compreensão cada vez mais precisa e abrangente das noções em torno de desenvolvimento, chegando por fim ao denominado desenvolvimento sustentável, meta maior almejada. A compreensão do termo desenvolvimento sustentável implica, inicialmente, como defende Schmitt (1995), no reconhecimento da existência de uma inadequação econômica, social e ambiental do padrão das sociedades contemporâneas em que o consumo desordenado passou a ser um dos maiores problemas para a própria sobrevivência humana e, especialmente, das gerações futuras.

Nesse sentido, as preocupações se voltam, em grande parte, para as questões relacionadas à produção e o consumo alimentar de modo saudável e sustentável, algo que tem proporcionado a inter-relação cada vez mais estreita do rural com o urbano, e a ciência e tecnologia com o social. Trata-se aqui de uma discussão que, vale salientar, apesar de eminente na contemporaneidade, se arrasta desde meados do século XX e que, historicamente, tem nas críticas feitas ao modelo de ideário de modernização da agricultura, calcada nos princípios de produção do capitalismo global, denominada Revolução Verde<sup>4</sup>, um marco divisório.

É a partir do combate a esse paradigma de sistema de produção agropecuário, instaurado inicialmente nas décadas de 1950 e 1960, nos EUA e na Europa que, como demonstram vários autores (ROSA, 1998; ALMEIDA, 2009; ZAMBERLAM e FRONCHETI, 2001), os ideais em torno do desenvolvimento sustentável no âmbito rural começam a ganhar força como principal proposta alternativa para as diversas ameaças que

---

<sup>3</sup> Um dos últimos e significativos documentos internacionais norteadores da educação para o ambiente é o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global", elaborado pelo Grupo de Trabalho das Organizações Não-Governamentais - ONGs, durante à *Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, simultaneamente à *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* no Rio de Janeiro em 1992. Esse documento, produzido pelas ONGs enquanto representantes da sociedade civil organizada, demonstra um discurso mais avançado e independente e tem sido usado como uma das principais referências ético-políticas e teóricas pelos estudiosos da questão.

<sup>4</sup> Para mais sobre a Revolução Verde, ver: NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 3a ed. 2009).

este paradigma de exploração mercantilizada dos recursos naturais trazia consigo. Envolvido com a proposta de aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas instigada pelo setor industrial e governos, não demorou muito para que o setor agrícola dos países latino-americanos cedesse a este modelo de agronegócio. Na contramão dessa realidade, entretanto, vários pesquisadores passaram a questionar esse paradigma capitalista do avanço tecnológico, mostrando de um lado, os malefícios que este apresentou e, de outro, a contestação dos altos índices de produtividade defendidos pelo setor industrial agrícola, como descreve em seus estudos sobre o desenvolvimento rural sustentável, o pesquisador Renato Linhares de Assis (2002).

É, portanto, a partir deste prisma que se vê aumentar o quantitativo de organizações de naturezas diversas (institutos, entidades, associações, ONG's, e outros), em torno da defesa do denominado "capitalismo verde", as quais buscam, no desenvolvimento sustentável, um resgate da ideia de progresso desvinculado das concepções do capitalismo global, sem que com isso, tenha-se que desprezar a crença no avanço tecnológico. Trata-se de um grupo integrado pelos atores "alternativos", focados num novo modo de desenvolvimento e de agricultura que seja socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito, recuperando técnicas, valores e tradições (ALMEIDA, 2009). Muitos desses atores passam a se evidenciar a partir dos anos 1980, quando na literatura sobre a agricultura mundial, o qualificativo *sustentável* passou a atrair a atenção de um número crescente de profissionais, pesquisadores e agricultores. É quando, de forma mais evidente, se percebe a incorporação das preocupações voltadas à integração da produtividade dos sistemas agrícolas a aspectos econômicos, sociais e ambientais, fortalecendo-se, desta maneira, a noção de desenvolvimento agrícola sustentável.

Portanto, como se pode perceber, apesar de hoje ser um termo muito recorrente no tocante à realidade vivida no espaço urbano face, sobretudo, ao desafio do consumismo desenfreado, é no campo rural, especialmente no embate entre os modos de produção agrícola industrial e o camponês, alternativo, que o desenvolvimento sustentável tem suas raízes fincadas e onde são desenvolvidos muitos programas e projetos voltados à educação ambiental. Seja no campo ou no espaço urbano, a proposta da Educação Ambiental vem se desenvolvendo no sentido de promover uma importante política de conscientização dos indivíduos no que diz respeito ao papel de cada um frente ao desafiante e cada vez mais necessário trabalho de construção de uma sociedade social e ambientalmente equilibrada, pautada nos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é importante

destacar que aquilo que chamamos de problemas ambientais são na realidade, problemas de caráter social e que afetam direta e indiretamente, a forma organizacional da vida humana na sociedade, causando desequilíbrios de ordens diversas, a exemplo da escassez e esgotamento de recursos naturais que, por sua vez, geram crises das mais diversas nos âmbitos social, político, econômico e cultural.

### **Educação, comunicação e meio ambiente: interfaces**

É em meio a esse cenário que, vale ressaltar, a urgência das questões ambientais vem à tona, exigindo uma maior participação não apenas dos indivíduos isoladamente, mas de todos os segmentos sociais e, especialmente dos setores atrelados aos sistemas produtivos, políticos, midiáticos e ao campo da educação. Nesse sentido, as ações intervencionais de caráter educativo desempenham, como já foi anteriormente descrito, um papel de extrema relevância atuando, sobretudo, no processo de formação de cidadãos comprometidos com a causa ambiental e devidamente capacitados para intervir socioambientalmente. Para tanto, como tem sido averiguado, os pressupostos básicos do campo da Educação Ambiental tem se alargando para outras áreas de intervenção social fomentado processualmente, a constituição de uma cultura educativa voltada à consolidação da sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, o entrecruzamento dos campos da educação com o da comunicação tem se revelado uma das mais promissoras políticas de ações estratégicas intervencionais. Baseado em ações de caráter eminentemente crítico e emancipativo e que tem como fonte de inspiração, de um lado, o método dialético e dialógico desenvolvido pelo educador popular Paulo Freire, para quem educação e comunicação são indissociáveis e, de outro, na contribuição advinda do vasto campo da comunicação popular e que tem no comunicador popular, Mário Kaplún, um de seus maiores referenciais, o entrecruzamento da educação com a comunicação vem servindo de alicerces para a implementação de práticas político-pedagógica eficientes, conforme está documentado em diversos documentos do Programa Nacional da Educação Ambiental (ProNEA), lançado em 1999, e o Programa de Educomunicação Socioambiental, em 2005, ambos desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério de Educação e Cultura (MEC)<sup>5</sup>. Trata-se aqui de uma convergência pautada, em síntese, numa

---

<sup>5</sup> Para mais detalhamento, ver: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Comunicação Ambiental. Comunicação e informação ambiental. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/cad\\_07.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/cad_07.pdf)> e

concepção e percepção de vida advinda da ‘ética universal’ preconizada por Freire (2003) e que se contrapõe à ética do mercado e do individualismo, centrando-se em ações que valorizam e destacam a importância de contextos reais de vida e de práticas cotidianas na tessitura de conhecimentos capazes este eminente educador brasileiro, trata-se aqui de uma visão que perpassa necessariamente o mundo da comunicação, conduzindo à compreensão de um sujeito comunicante, chamando a atenção para o potencial que representa a interface comunicação/educação, nesse processo de transformação coletivo. Como esclarece Freire (1997, p. 34), o mundo humano é um mundo da comunicação, e que: “[...] o mundo social e humano não existiria como tal, se não fosse o mundo da comunicabilidade, fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano”. Seguindo essa linha de pensamento, multiplicam-se os trabalhos publicados evidenciando esta relação recíproca e promissora entre comunicação e educação e, de forma específica, destacando o papel da comunicação no processo da educação ambiental.

A comunicação tem papel imprescindível junto às questões ambientais, pois pode traduzir, informar e conscientizar a população sobre sua relevância. A comunicação torna-se essencial para a conscientização pública sobre o que é e como devemos agir para promover o desenvolvimento sustentável, tendo em vista seu papel no processo de conscientização e educação ambiental, uma vez que sem comunicação, não se envolve e compromete os públicos e a sociedade em geral, o que é essencial para uma nova relação do ser humano com ele mesmo e com a natureza.(OLIVEIRA E NADER, 2014, p.04)

Trata-se aqui, como se pode perceber, de uma concepção que trabalha com o resgate da função pedagógica da comunicação, ultrapassando a visão mecanicista e que por muitas vezes ainda lhe é atribuída, enquanto fenômeno de transmissão de informação envolvendo as figuras de emissor, receptor e o conteúdo transmitido entre estes. Vale dizer que é na contra-mão desta visão reducionista e que dá à comunicação, uma compreensão utilitária de mecanismo de adestramento ideológico, algo comum, por exemplo, na logística dos meios de comunicação de massa, que se insere esse outro paradigma comunicacional de cunho eminentemente educativo.

## **Educomunicação socioambiental**

---

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa de Educomunicação Socioambiental. Série Documentos Técnicos 2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: [http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt\\_2\\_programa\\_educomunicacao\\_socioambiental\\_4a\\_versao\\_maior\\_final.pdf](http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt_2_programa_educomunicacao_socioambiental_4a_versao_maior_final.pdf)

É dentro desse contexto paradigmático que se encontra a proposta de intervenção social e educativa da Educomunicação. Considerada um emergente campo de estudos de caráter inter, multi e transdisciplinar focado na interface das duas áreas de conhecimento entrecruzados: a educação e a comunicação, a Educomunicação vem contribuindo com uma série de experiências sociais que privilegiam, para além destas, o entrecruzamento de saberes de várias outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Em franco processo de legitimação no campo de estudos interdisciplinares que contempla os diversos fenômenos envolvendo a comunicação e a educação, o qual tem no Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo – NCE/USP da ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), o principal referencial de trabalho de natureza epistemológica, a Educomunicação vem sendo amplamente estudada e citada por diversos autores (KAPLÚN 1998, 1984; SOARES, 1999, 2000, 2004; SCHAUN 2002; TASSARA 2008). Destacado como um dos principais representantes e difusores da Educomunicação no Brasil e fora dele, Ismar de Oliveira Soares vê a educomunicação como um campo emergente que não é exatamente o da educação tradicional nem o da comunicação, porém seria um campo de convergência, não só dessas duas áreas, comunicação e educação, mas de todas as áreas das ciências humanas, e que tem na busca da cidadania e da participação, a sua força. Dentre as várias formas de conceituação atribuídas a este novo campo de conhecimento, Soares (2000, p.25) o compreende enquanto um campo de implementação de políticas de comunicação educativa, tendo como objetivo geral “o planejamento, a criação e o desenvolvimento de ecossistemas comunicativos mediados por processos de comunicação e o uso das tecnologias da informação”. Trata-se, como ressalta este mesmo autor, de um campo de diálogo, interação e integração de conhecimentos e práticas que vão além da visão instrumentista da comunicação e estritamente disciplinar da educação. Conforme explica este pesquisador:

Estamos diante de um novo campo relacional e que se estrutura de um modo processual, midiático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado na prática dos atores sociais, através de áreas concretas de intervenção social (SOARES, 2000, p.12).

Para Tassara (2008, p.32), a Educomunicação pode ser definida como um “processo de comunicação com intencionalidade educacional expressa e que envolve a democratização da produção e de gestão da informação nos meios de comunicação em seus diversos formatos, ou na comunicação presencial”. Fundamentada com fortes bases nas

noções de democratização e participação social, esta nova área do saber interdisciplinar também é apresentada pelos estudiosos como um campo de intervenção social que se fundamenta na reflexão crítica sobre os modelos tradicionais de comunicação, de educação e de envolvimento com as questões sociais, e que contribui para a motivação dos atores sociais envolvidos nas temáticas socioambientais por meio da ampliação do potencial de expressão de seus interesses (SCHAUN, 2002; SOARES, 2004). Para além do campo acadêmico, é importante também frisar que o conceito da Educomunicação vem sendo absorvido e inserido em diversas políticas de gestão governamental e do terceiro setor, revelando-se uma promissora ferramenta de intervenção social de caráter democrática e participativa, visando resultados de interesse público. Na esfera federal, por exemplo, a Educomunicação é uma linha de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)<sup>6</sup> que cuida da articulação de ações de comunicação para a Educação Ambiental (BRASIL, 2005). Em atendimento à Lei 9795/99, da Política Nacional de Educação Ambiental, esta linha de ação tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade<sup>7</sup>.

Ainda na esfera da intervenção oficial, as práticas educacionais vêm sendo adotadas em outras iniciativas realizadas por meio de diversos projetos e programas difundidos por órgãos governamentais e científicos, especialmente voltados ao desenvolvimento sustentável rural no contexto da Agricultura Familiar. É o caso, por exemplo, do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAF), desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, no qual a Educomunicação equivale a uma das políticas de ação estratégica de fomentação à sustentabilidade. As práticas educacionais são instigadas de maneira específica a partir da linha “Comunicação em EA para Agricultura Familiar” que visa a produção midiática diversificada com o propósito de sistematizar e democratizar as experiências em EA neste campo específico<sup>8</sup>. Para além destas, as práticas educacionais vêm se difundindo entre diversas experiências

<sup>6</sup> O ProNEA foi elaborado a partir de uma consulta pública, pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

<sup>7</sup> Conteúdo extraído do portal do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educacao#>.

<sup>8</sup> Para mais informação ver MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar/Alex Barroso Bernal e Adriana de Magalhães Chaves Martins, Organizadores. Brasília: MMA, 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/153-programa-de-educacao-ambiental-e-agricultura-familiar?download=1071:programa-de-educacao-ambiental-e-agricultura-familiar>>. Acesso em 03 Jun 2016.

realizadas pelo Brasil afora, evidenciando o fortalecimento deste novo campo da interface comunicação/educação. Uma delas catalogadas bibliograficamente é o trabalho desenvolvido através da Embrapa Rondônia de autoria de Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira, intitulado *Metodologia de produção de vídeo clipes com o uso de música amazônica para a educomunicação científica e ambiental*. Tendo o campo comunicação/educação como mediador do processo de produção e recepção, Oliveira (2010) utilizou em seu trabalho, dois videoclipes produzidos, discutindo, com base no dialogismo de Bakhtin, a interpretação do discurso fonte, por estudantes do ensino fundamental e médio da Escola Marcelo Cândia, em Porto Velho, RO, valendo-se para tal, de letras de músicas de artistas da região Amazônica.

As experiências acima destacadas evidenciam o caráter não apenas, inter e multi, mas também transdisciplinar, da Educomunicação que, como se percebe, se apresenta de forma bastante ampla, abrangendo o tratamento à problemáticas e temas complexos e que abarcam os denominados ‘temas transversais’, conforme descreve SOARES (2011). Dentre essa diversidade de temas abordados, o meio ambiente vem ganhando espaço cada vez maior, construindo um promissor entrecruzamento com da comunicação educativa com a Educação Ambiental. Fruto deste interfaceamento está a Educomunicação Socioambiental. Também denominada de Educomunicação Ambiental, trata-se aqui de um desdobramento do campo da educomunicação, definido pelo Programa Nacional de Educação Ambiental, como “conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo” (BRASIL 2008, p.10). Esta dimensão pedagógica, a que se refere a definição, diz respeito, em particular, no ‘como’ é gerado os saberes e no ‘o que’ se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza. Apontada como uma expressão nova que vem ganhando espaço no campo da Educação Ambiental, nos últimos anos, a Educomunicação Socioambiental aparece atrelada à diversas propostas pedagógicas que vem se inserindo dentro dos mais diversos âmbitos da educação formal, não formal e a informal. Em síntese, trata-se de mais um promissor instrumento que, conforme está documentado no ProNEA, atua não apenas junto à área de comunicação massiva nos processos educativos, valorizando o papel da mídia enquanto ferramenta intervencional, mas também enquanto meio de empoderamento dos sujeitos por meio da comunicação, permitindo a estes, as condições e capacidade de produzirem conteúdos e disseminar informações sobre suas realidades socioambientais. Ou seja, a Educomunicação

Socioambiental vem sistematizando o processo de comunicação e informação ambiental de intenção estratégica, dialógica e democrática, destacando-se como um valioso e promissor instrumento para a condição necessária ao empoderamento de atores envolvidos na luta pela promoção e consolidação do desenvolvimento rural sustentável.

A Educomunicação Socioambiental trabalha na perspectiva da indissociabilidade entre as questões sociais e ambientais, revelando-se como uma proposta educativa focada no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos, ressaltado pelo termo socioambiental. Destarte, o interesse se volta para o desenvolvimento de metodologias dialógicas que efetivem o caráter pedagógico da comunicação, permitindo ao sujeito comunicante uma maior interação consigo mesmo e com o mundo à sua volta, conforme apregoam os princípios freireanos. Da mesma forma que ratifica o pensamento de um dos principais representantes da Educomunicação na América Latina, Mário Kaplún que, ao trabalhar junto a diversas comunidades com os princípios da comunicação popular<sup>9</sup>, compreendida por ele, em síntese, como uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista, atestou a comunicação enquanto instrumento imprescindível para a formação de sujeitos socialmente ativos, participantes. Para Kaplún (1998, p.10), “[...] a opção pela comunicação participativa é em favor da educação e do desenvolvimento, além da ética e da democracia”.

### **Considerações finais**

Ao final das considerações aqui expostas, é possível observar o aspecto promissor em torno da aproximação entre estes dois campos do conhecimento e práticas socioeducativas que são a Educação Ambiental e a Educomunicação, na luta em prol do meio ambiente e, conseqüentemente, do desenvolvimento socioambiental sustentável. Nesse contexto, parece ficar evidente a contribuição advinda, especificamente, das práticas da denominada Educomunicação Socioambiental no campo da Educação Ambiental, destacadamente, a sua contribuição enquanto suporte de combate aos efeitos negativos que envolvem a eminente problemática ambiental e que exige ações complementares diversas de intervenção e transformação social, para a consolidação da almejada sociedade sustentável. Nesse sentido, o uso da comunicação na perspectiva educativa voltada à

---

<sup>9</sup> Para mais sobre o conceito de Comunicação Popular, ver: Kaplún, Mário. *El comunicador popular*. Quito: CIESPAL, 1985).

desafiante proposta de desenvolvimento sustentável ganha força quando associados aos ideais defendidos pelo campo da Educação Ambiental que conta com mais esse importante aliado frente aos desafios permanentes e cada vez mais crescentes que envolvem a problemática ambiental e que, é importante frisar, requer, para além do campo da educação formal, o emprego de outros instrumentos de (re) construção do conhecimento. Nesta mesma direção, também é possível de se observar, o nítido avanço do paradigma interdisciplinar como viés de importante envergadura dentro da proposta que visa o progresso do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, conforme destaca Leff (2000), o novo milênio a que adentramos já desponta com a demanda de soluções de problemas sociais e ambientais e, com certeza, a prática da interdisciplinaridade será preponderante para a solução de boa parte deles. É assim que, constituído como um campo de natureza eminentemente inter, multi e transdisciplinar que a Educomunicação vem avançando enquanto proposta metodológica de caráter pragmática voltada para a potencialização da comunicação enquanto instrumento educativo e de empoderamento, capacitando os sujeitos a atuarem de forma mais participativa e efetiva na construção da sociedade sustentável. Uma sociedade pautada nos preceitos do respeito ao meio ambiente e da conscientização dos sujeitos para aquilo que Kaplún (1998) destaca como a opção pela comunicação participativa a favor da educação e do desenvolvimento, além da ética e da democracia.

## Referências

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

ASSIS, R. L. de. **Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas**. 2002. 150 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Ambiental. **Educomunicação Socioambiental:** comunicação popular e educação. Organização: Francisco de Assis Morais da Costa. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/ arquivos/txbase\\_educom\\_20.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/ arquivos/txbase_educom_20.pdf)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Comunicação Ambiental. Comunicação e informação ambiental.** Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/ arquivos/cad\\_07.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/ arquivos/cad_07.pdf)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educomunicação Socioambiental.** Série Documentos Técnicos 2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: [http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt\\_2\\_programa\\_educucomunicacao\\_socioambiental\\_4a\\_versao\\_maio\\_final.pdf](http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt_2_programa_educucomunicacao_socioambiental_4a_versao_maio_final.pdf). Acesso 24 jun. 2008

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** São Paulo: Gaia, 2004.

FOUREZ, G. **A construção das ciências.** São Paulo: UNESP, 1995.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação. Diálogos.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária.** Campinas, SP: Papirus, 1996.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogia de la Comunicación.** Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

\_\_\_\_\_. **Comunicación entre grupos – El método del cassetteforo.** Bogotá, Colômbia, Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 1984.

LEFF, Henrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI Jr, Arlindo; C.E.M Tucci; D. J. Hogan; R. Navegantes. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** São Paulo: Signus, 2000.

MERTÉNS, Frédéric; MAKIUSCHI, Maria de Fátima Rodrigues; TOTH, Mariann. **Novos espaços de participação social no contexto do desenvolvimento sustentável - as contribuições da Educomunicação.** São Paulo, 2012. Disponível

em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2012000200007&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2012000200007&script=sci_arttext&tlng=es)> Acesso em: 20.Ago.15

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar**/Barroso Bernal e Adriana de Magalhães Chaves Martins, Organizadores. Brasília: MMA, 2015. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/publicacoes/educacao-ambiental/category/153-programa-de-educacao-ambiental-e-agricultura-familiar?download=1071:programa-de-educacao-ambiental-e-agricultura-familiar>>. Acesso em 03 Junh 2016.

MORIN E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina; 2006.

NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, Editora da UFRGS,. 2009.

OLIVEIRA, M. J. da C. e NADER S. **Comunicação Organizacional e Meio Ambiente**. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 18 n.18, p. 45-59 jan/dez. 2014.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de. **Metodologia de produção de vídeos com o uso de música amazônica para a educomunicação científica e ambiental**. Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2010.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROSA, Antônio Vitor. **Agricultura e Meio Ambiente**. São Paulo: Atual,1998.

SCHAUN, Angela. **Educomunicação**: reflexões e princípios. Rio de Janeiro: Mauad: Bahia, Faesp, 2002.

SCHMITT, Claudia J. **Sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável**: uma abordagem preliminar. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1995.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação – contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educommunication**. São Paulo: NCE–ECA/USP. 2004.

\_\_\_\_\_. **Comunicação/Educação:** a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. In: **Contato:** Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte – ano 1, nº 1. Brasília: UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. **Educomunicação: um campo de mediações.** Revista Comunicação & Educação, n. 19. São Paulo: Segmento / ECA-USP, 2000.

TASSARA, Eda. **Dicionário Socioambiental:** ideias, definições e conceitos. São Paulo: FAART, 2008.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Agricultura agroecológica:** preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.